



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data: 01 de abril de 2020.

Horário: 9:00h às 11:00h

Local: por meio de videoconferência em razão da pandemia de covid-19

Participantes: Apiúna(Andrea e Laís), Ascurra(Vanessa e Sandra), Benedito Novo(Joelma), Blumenau(Oscar, Patricia Sasse, Maria Eunice), Botuverá(Jussara, Roselis), Brusque(Janaina), Guabiruba(Neide e Rafael), Pomerode(Renata), Rio dos Cedros(Marineusa), Rodeio(Jeane), Timbó justificou por não conseguir acessar a plataforma no momento.

ORDEM DO DIA

1 – Panorama da Política de Assistência Social na região

Relatora: Maria Eunice, Patrícia Morastoni Sasse,

Descrição: a relatora iniciou a explanação pontuando sobre as informações já colocadas no grupo do aplicativo de mensagens, pelo qual a interlocutora da AMMVI, solicitou informações quanto a forma de atendimento que estava sendo prestado aos usuários que necessitam dos serviços ou benefícios. Todos os municípios se organizaram para atender as demandas, buscando evitar reunião de muitas pessoas para não expor usuários e profissionais ao risco de contaminação. Ponderou sobre a situação enfrentada pelo Município de Itajaí, onde está ocorrendo aglomerações de pessoas junto aos equipamentos, em busca de atendimento. Mencionou sobre as reflexões que estamos acompanhando no Colegiado de Assistência Social da Federação Catarinense de Municípios – COAS/FECAM, que se entende pelo retorno sim dos equipamentos, mas que isso deve ser realizado de forma planejada e individualizada de acordo com a realidade estrutural e necessidade de cada município, observando sempre com cuidados de segurança. Pontuou que é de conhecimento de todos os participantes a demanda que já ocorre nos municípios e o aumento progressivo de atendimentos que estamos enfrentando e que iremos enfrentar, com infelizmente ainda o pouco repasse de recursos do Governo Estadual. Acrescentou que o COAS, solicitou a FECAM a solicitação de apoio junto à Comissão de Assistência Social da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, para que se encaminhe documento ao Governador, requisitando o repasse antecipado integral do valor de 23 milhões pactuados na Comissão Intergestora Bipartite – CIB, e aporte de recursos extra para a Política de Assistência Social, a fim de garantir o atendimento aos usuários que necessitarem nesse período de enfrentamento da pandemia pelo covid – 19. Discorreu ainda, sobre as informações quanto à aporte de recursos oriundos do Governo Federal, que no momento ainda não definido a nomenclatura, se Renda Básica, Benefício Emergencial, Coronavoucher, vira como auxílio aos municípios, deve ter valor entre R\$600,00 a R\$1.200,00, terá várias condicionalidades e será até três parcelas, não sendo obrigatório o Cadastro único – CadÚnico, visto que terá um aplicativo do Ministério da Cidadania para o cadastro dos usuários que não possuem o CadÚnico, no qual terá um formulário autodeclaratório de renda. Outro tema de extrema relevância repassado pela Maria Eunice foi quanto a importância de todos os municípios providenciar com brevidade o Plano Municipal de Contingência do Sistema Único de

Assistência Social e que na impossibilidade de fazer um específico da Assistência Social, se procure fazer parte do Plano Municipal de Contingência. Informou que repassamos, via aplicativo de mensagens, modelos disponibilizados por colegas de outras associações de municípios. Citou como exemplo o repassado pela Assistente Social Vânia da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis – Granfpolis, tem está com texto claro e que todos os municípios devem adequar para sua realidade. Patrícia fez reflexão sobre os requisitos para acessar o benefício emergencial, expondo que não temos muita clareza do encaminhamento do benefício federal por conta de ainda não ter a sanção presidencial e publicação legal para saber o que realmente fica como regra, mas que em princípio inicia os pagamentos pelos usuários cadastrados no Bolsa Família, os quais poderão optar pelo benefício de maior valor, posteriormente os serão pagos os usuários cadastrados no Cadastro Único e por último quem não tem cadastro. Salientou que o melhor ainda é aguardar a definição das regras vindas do governo federal, pois não se tem clareza se os trâmites de repasse passarão pela política de assistência ou se poderá ser direto das agências bancárias para o usuário. Beatriz reforçou a importância da continuidade de atendimentos dos serviços e benefícios, contudo, sempre com segurança, buscando junto às Secretarias de Saúde os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Patrícia pede para que façamos um documento para registrar como os municípios estão atendendo os usuários neste momento de crise, visto que temos muitas orientações, mas que os Municípios estão atendendo da melhor forma para o usuário, o que não sabemos como será interpretado posteriormente pelos órgãos com poder de monitoramento e responsabilização com sanção, pelos Ministério da Cidadania, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Secretário Oscar reforça a importância da construção documento relatando as formas e o atendimento realizado nos municípios frente a pandemia para resguardar se resguardar em um possível questionamento por exemplo do Ministério Público. Renata socializa uma preocupação em relação aos EPIs para os trabalhadores do SUAS, pois em conversa com Secretária de Saúde do Município de Pomerode, está informou a dificuldade em adquirir os equipamentos, como também informou sobre a Nota Técnica nº 04/2020 da Anvisa, que limita a entrega de EPIs aos trabalhadores da saúde. Questionou se os participantes tinham conhecimento de se a Política de Assistência foi colocada nos decretos Municipais como política essencial, pois a dificuldade de acessar os equipamentos passa por esse conceito. Patrícia relata sobre as dificuldades de receber os equipamentos também em Blumenau, mas que conseguiram comprar com recurso próprio e receberam doação. Rafael coloca a necessidade de ser encaminhado um ofício aos prefeitos solicitando o auxílio para que junto aos entes tenham o acesso aos EPIs. Patrícia relata a necessidade de vacina e que entende que vem do Governo Federal os EPIs e vacina em quantidade fechada, não tem como os municípios retirar para a assistência social.

Encaminhamentos/Deliberações:Fazer uma tabela com informações de cada serviço e como os municípios estão executando neste momento de pandemia. Formular ofício e encaminhar à reunião de prefeitos através da Diretoria Executiva da AMMVI, solicitando apoio com urgência para o atendimento com EPI's e vacinas aos trabalhadores do SUAS.

2. Financiamento de serviços e benefícios

Relator: Rafael Jacintho

Descrição: O relator iniciou explanando sobre as dúvidas que tem surgido no preenchimento do plano de ação referente a primeira parcela do repasse do recuso de cofinanciamento do Governo Estadual, em relação

ao tipo de proteção ou serviço que se fará para essa primeira parcela e a vinculação ou obrigatoriedade de se manter essa escolha para as próximas parcelas. De acordo com orientação repassadas no live da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, o plano de ação agora é para um bloco, somente para esta primeira parcela, considerando a calamidade pela pandemia do covid-19, que para as demais parcelas ainda não temos orientações fechadas, pois também depende de como irá o avanço da pandemia e as ações necessárias posteriormente. Essa demanda esta relacionada somente a primeira parcela de 7 milhões dos 23 milhões da pactuação. Maria Eunice orientou como preencher e a importância de reunião o Conselho de Assistência Social para aprovação dos recursos. A possibilidade de ad referendum, desde que seja previsto no regimento interno do CMAS. Patrícia colocou a necessidade de o Governo Estadual através da SDS, regulamentar as orientações por documento, pois a resolução não previa o formato que tem sido autorizado no momento verbalmente. Relato do Oscar com preocupação quanto a crescente demanda que tem sido trazida pela população, consequência do isolamento social para frear os efeitos da pandemia, que deixa a economia paralisada atingindo de imediato trabalhadores autônomos, com exemplo citou cabeleireiros. Rafael pontuou a deficitária transferência de recursos federais, sendo que de acordo com os dados levantados por ele no site do Ministério, nossos municípios receberam da Proteção Básica 14% e da Proteção de Média e Alta Complexidade 80%, dos recursos cofinanciados. Exemplificando um equipamento da Básica que deveria receber o valor de R\$6.000,00, recebeu R\$890,00. Maria Eunice informou que Rafael faz o acompanhamento do repasse de todos os recursos federais e estaduais dos quatorze municípios para que possamos ter um panorama geral que auxilia a organização dos municípios. **Encaminhamentos/Deliberações:** Solicitar ao COAS para que envie à SDS requisição de resolução para adequar as orientações verbais realizadas pelos técnicos sobre o preenchimento do Plano de Ação, pois não condiz com o que consta da Resolução de 01 de março de 2020. Rafael irá disponibilizar o levantamento dos recursos para que a assessoria possa enviar para os municípios, como também, levar ao conhecimento do COAS para informar a realidade dos recursos dos nossos municípios.

3. Orientações de fluxo de informações

Relatora: Beatriz, Patrícia, Maria Eunice.

Descrição: Patrícia trás a reflexão sobre o grupo no aplicativo de mensagens, pois o fluxo de informações e de envio de orientação tem sido dinâmico e com enorme frequência diante do processo da pandemia do covid-19, fazendo com que as discussões junto com os documentos no mesmo grupo fique confuso e passe orientações despercebidas, assim sugere que o atual grupo do CGMAS continue para as discussões e que a assessoria abre novo grupo para enviar os documentos de orientação. Renata relata ainda, que chegam muitas informações no grupo e que é necessário fazer o outro grupo para as orientações legais. Beatriz solicita atenção com as fake news, como também informou que a AMMVI está com a equipe toda atendendo home office e que qualquer informação necessário aos municípios independente da área, temos como dar cobertura e buscar atender. **Encaminhamentos/Deliberações:** Assessoria irá providenciar a abertura de novo grupo para atender o sugerido pela Patrícia e aprovado pelos participantes.

4. Liberação no sistema prisional e a demanda nos municípios

Relatora: Oscar, Patrícia

Descrição: O relato do Município de Blumenau expressa a realidade vivenciada por Municípios que tem unidades prisionais, que neste período por um programa da Segurança Pública e do judiciário, tem concedido a liberdade a apenados que estão em determinadas características, sem o devido atendimento assistencial pela unidade prisional, levando a mais demanda reprimida aos Municípios, pois uma vez que não há organização para encaminhamento deste liberado para sua família, este se torna uma demanda do município sede da unidade prisional, muitos se tornam população de rua, que neste momento gera mais um risco para eles para toda população como possíveis transmissores e receptores do covid-19 por não ter como cumprir um isolamento social. Patrícia coloca que em Blumenau muitos casos foram recebidos e encaminhados aos abrigos, mas por vezes este não aceitam ficar abrigados e voltam conviver nas ruas, aumentando o risco de disseminação do coronavírus. Diante do aumento dessa demanda a sugestão é de encaminhamento para a reunião de prefeitos, solicitando apoio com interlocução junto a segurança pública estadual para gerenciar essa demanda e diminuir esse perfil nos municípios.

Encaminhamentos/Deliberações: Ofício a Diretoria Executiva da AMMVI, para apresentar na reunião de prefeitos do dia 02/04, solicitando a interlocução da AMMVI, junto a segurança pública do Estado para que seja revisto o procedimento e que a unidade prisional atenda a demanda com seu profissional de serviço social, não acarretando mais essa demanda reprimida em nossos municípios.

5. Assuntos Gerais

Relatora: Renata

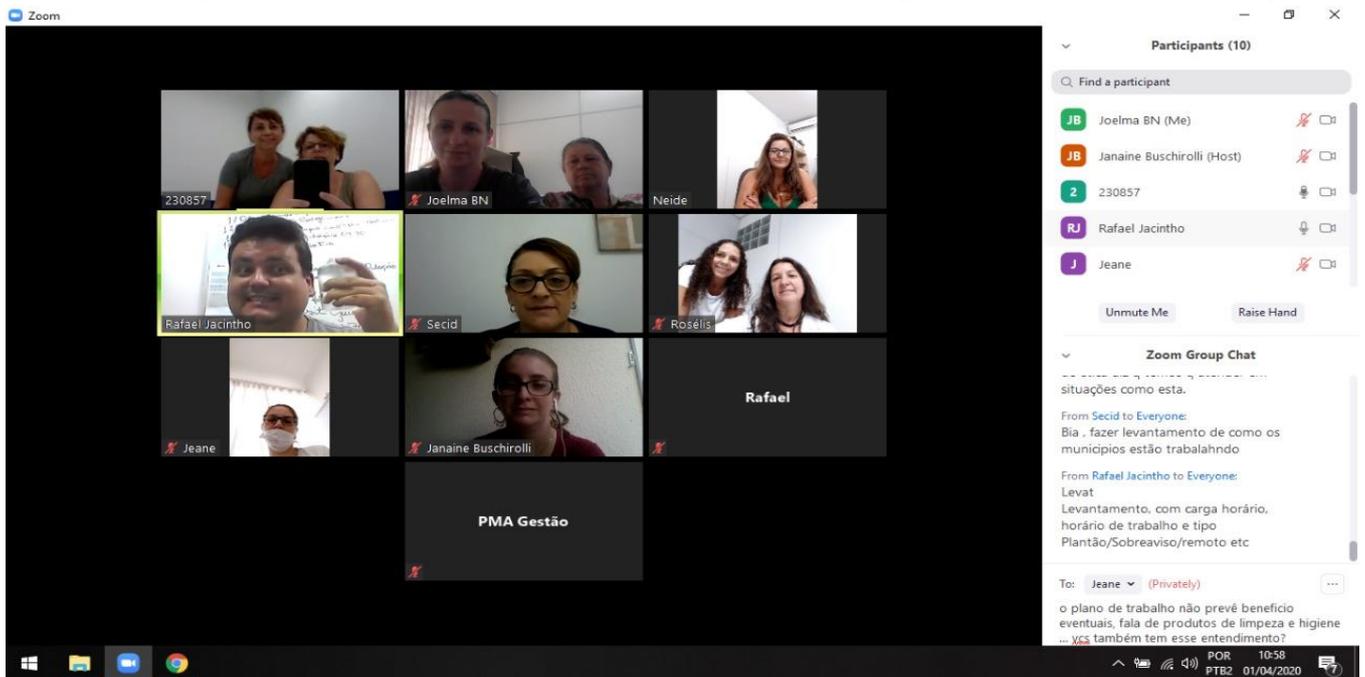
Descrição: a gestora do Município de Pomerode trouxe a reflexão com preocupação sobre a condição que se apresenta de grande demanda de atendimentos de usuários nos serviços e benefícios nos Municípios, mas que continuamos vivenciando a falta de entendimento dos agentes políticos sobre a Política Pública de Assistência Social, que se apresenta com demanda sem aporte de recursos. Oscar lembrou a visita dos gestores e trabalhadores no ano de 2019 à Brasília, onde estiveram com alguns representantes de Santa Catarina, mas que a falta de conhecimento do Sistema Único de Assistência Social foi expressiva. Patrícia relatou as possibilidades de receber doações da comunidade, que no Município de Blumenau teve críticas de técnicos, contudo, entende que estamos em um momento de extrema necessidade e isso é uma forma de gestão para uma situação de crise. Colocou ainda preocupação com a saúde dos trabalhadores do SUAS, uma vez que a demanda é exaustiva e não temos quem cuidara da saúde destes profissionais. Joelma faz reflexão a respeito de informação da Vigilância Epidemiológica sobre os casos positivados e suspeitos de covid-19. Rafael coloca a solicitação de levar ao COAS o pedido de esclarecimento quanto a obrigatoriedade ou não de cadastro único para os novos usuários que serão beneficiados pelo benefício emergencial. Diante de tantas informações bastante desconstruídas, se questiona a seqüência de pagamento, onde primeiro seria quem está no Bolsa Família, segundo os inscritos no CadÚnico e por último os não cadastrados que teria a auto declaração de baixa renda. Patrícia exemplificou que em Blumenau estão fazendo busca ativa somente dos usuários com cadastro bloqueado. Maria Eunice esclarece que seria no sentido da reflexão realizada, mas que estaremos levando a dúvida ao COAS. Rafael sugeriu que devemos fazer um informativo pela Assessoria de Comunicação da AMMVI com um resuminho para um post para publicar igual a todos os municípios.

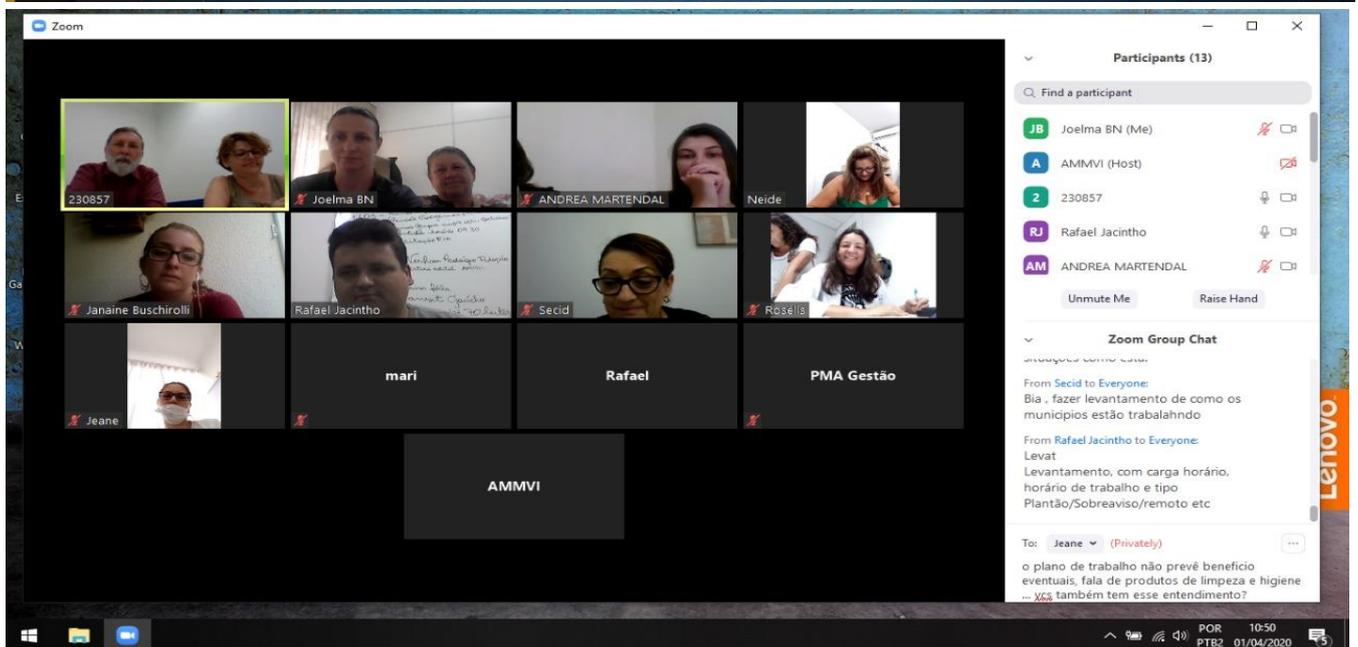
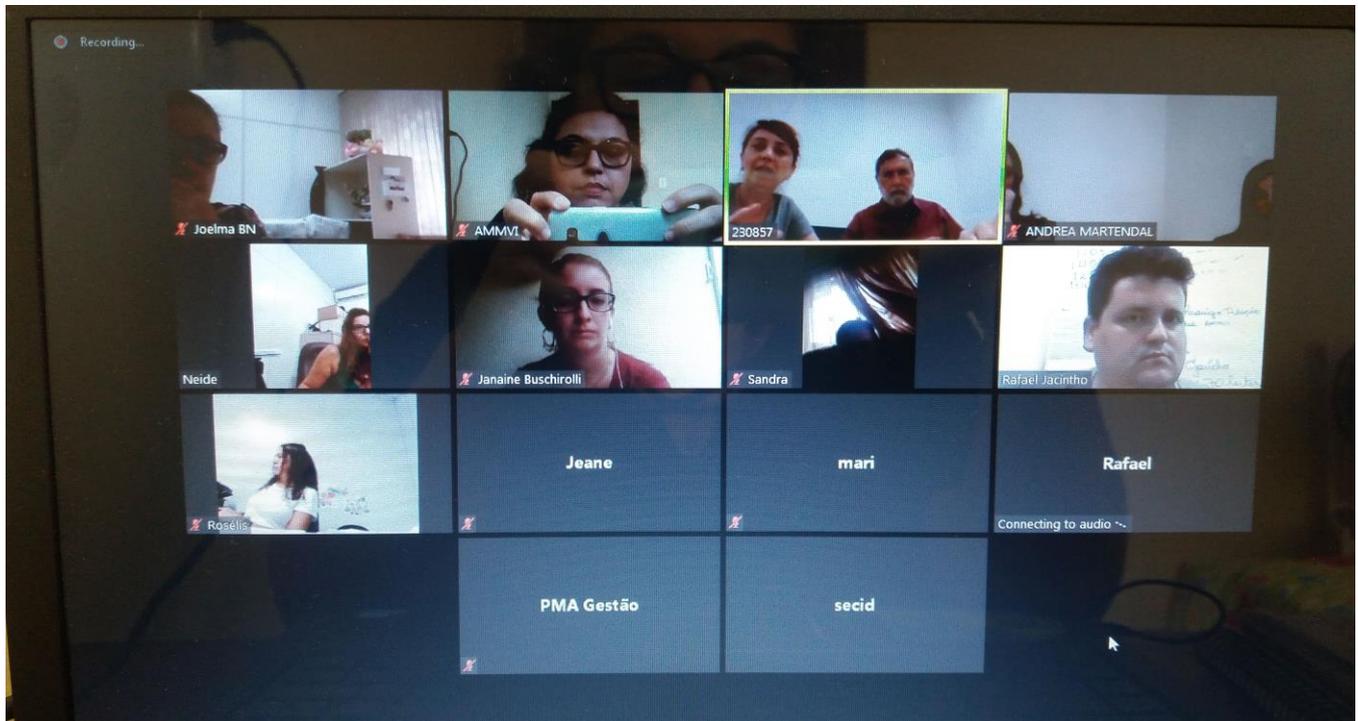
Encaminhamentos/Deliberações: Acompanhar o encaminhamento da Frente Parlamentar de Assistência Social da ALESC, junto ao Governo Estadual para a liberação de todo recurso cofinanciado e recurso extra. Encaminhar no ofício aos prefeitos solicitação para que a Vigilância Epidemiológica comunique os casos de positivados e em monitoramento para um representante da Assistência no município. Encaminhar material para a Michele da Comunicação o material do post.

6. Informações

Relatora: Patrícia

Descrição: Colocou formalmente os agradecimentos ao nosso coordenador Oscar, pois, a partir desta data este está se descompatibilizando da função de Secretário de Desenvolvimento Social de Blumenau, para participar do pleito eletivo na função de vereador. Assim, de acordo com o Regimento Interno do Colegiado, em seqüência toma posse a sua substituta na função que será Patrícia Morastoni Sasse. A Ammvi agradece a contribuição do Oscar a frente do colegiado durante o período.





Oscar G. Grotmann Filho
Presidente
Secretário Municipal da Secretaria de
Desenvolvimento Social-Blumenau

Neide L. Hort
Vice-presidente
Secretária Municipal Secretária de Assistência
Social, Habitação e Emprego - Guabiruba



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

Renata dos Santos Klee
Primeira Secretária
Secretaria Municipal da Secretaria de
Desenvolvimento Social e Habitação -
Pomerode

Beatriz Padilha
Segunda Secretária
Interlocutora CGMAS/AMMVI